

**Impacto da formação de professores no Atendimento Educacional Especializado para a inclusão escolar:
uma revisão sistemática de literatura**

*Impact of teacher training in specialised educational care for school inclusion:
a systematic literature review*

*Impacto de la formación del profesorado en atención educativa especializada para la inclusión escolar:
una revisión sistemática de la literatura*

Drieli Gasso Colman ¹
Universidade Federal do Pampa

Francéli Brizolla ²
Universidade Federal do Pampa

Resumo: Este estudo investiga o impacto da formação inicial e continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar, por meio de uma revisão sistemática de literatura. A pesquisa segue os critérios metodológicos de Costa e Zoltowski (2014), analisando estudos publicados entre 2020 e 2024 nas bases *Scielo* e Google Acadêmico. Os resultados indicam que a formação docente, embora prevista em políticas públicas, ainda apresenta lacunas entre teoria e prática, impactando diretamente a qualidade da inclusão escolar. A revisão evidencia que a ausência de diretrizes específicas e formações práticas limita a atuação dos professores, comprometendo a aprendizagem dos estudantes com deficiência. A análise final dos estudos indica que é essencial aprimorar as formações oferecidas, alinhando-as às necessidades reais das escolas e promovendo práticas pedagógicas eficazes para fortalecer o AEE.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação Especial; Inclusão escolar; Políticas Educacionais.

Abstract: This study investigates the impact of initial and continuing teacher training in Specialized Educational Services (AEE) on school inclusion, through a systematic literature review. The research follows the methodological criteria of Costa and Zoltowski (2014), analyzing studies published between 2020 and 2024 in the *Scielo* and *Google Scholar* databases. The results indicate that teacher training, although provided for in public policies, still presents gaps between theory and practice, directly affecting the quality of school inclusion. The review shows that the lack of specific guidelines and practical training limits teacher performance, compromising the learning of students with disabilities. It concludes that it is essential to improve the training offered, aligning it with the real needs of schools and promoting effective pedagogical practices to strengthen AEE.

Keywords: Teacher training; Special Education; School inclusion; Educational Policies.

¹ Mestra em Ensino; Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E-mail: drielicolman@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3701079700373281>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0567-441X>.

² Doutora em Educação; Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: francelibrizolla@unipampa.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1822354320609261>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7987-2044>.

Resumen: Este estudio investiga el impacto de la formación inicial y continua del profesorado del Atendimento Educacional Especializado (AEE) en la inclusión escolar, a través de una revisión sistemática de la literatura. La investigación sigue los criterios metodológicos de Costa y Zoltowski (2014), analizando estudios publicados entre 2020 y 2024 en las bases de datos *Scielo* y *Google Scholar*. Los resultados indican que la formación del profesorado, aunque prevista en las políticas públicas, aún presenta lagunas entre la teoría y la práctica, impactando directamente en la calidad de la inclusión escolar. La revisión muestra que la falta de directrices específicas y de formación práctica limita la actuación del profesorado, comprometiendo el aprendizaje de los estudiantes con discapacidad. Se concluye que es esencial mejorar la formación ofrecida, alineándola con las necesidades reales de las escuelas y promoviendo prácticas pedagógicas eficaces para fortalecer el AEE.

Palabras clave: Formación de profesores; Educación Especial; Inclusión escolar; Políticas Educativas.

Recebido em: 16 de fevereiro de 2025

Aceito em: 29 de maio de 2026

Introdução

A inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tornou-se uma prioridade no campo educacional brasileiro, especialmente com o crescimento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a partir de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que estabelece que os sistemas de ensino devem proporcionar aos estudantes com deficiência professores com especialização adequada para o trato com estes estudantes, quanto ao apoio técnico e financeiro, destacam-se o Decreto nº 6.571/2008, o Decreto nº 7.611/2011 que trata também do compromisso pelo poder público com a formação continuada, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146/2015 que reforça a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar as ações relatadas anteriormente.

Contudo, o sucesso dessas iniciativas depende diretamente da formação contínua dos professores, ação que está prevista nos mesmos decretos que legitimam a Educação Especial e instauram as SRM nas escolas de todo o Brasil, mas não especifica qual é esta formação e ainda que as leis fomentem que a gestão escolar por meio de verbas como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) deva proporcionar a formação continuada, não traz direcionamentos sobre prioridades ou temáticas de cursos e demais formações que podem ser realizadas.

Kassar (2014) relata em seu trabalho a falta de uma identidade de formação para os professores da Educação Especial, seja na formação inicial ou continuada, o que dificulta as práticas pedagógicas para os estudantes do AEE devido à falta de regularização e orientação definida de quais são os conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o professor atuar frente ao AEE. O recorte pelo Ensino Médio³ justifica-se por se tratar de uma etapa da Educação Básica marcada pelo intenso desenvolvimento cognitivo, socioemocional e de construção de autonomia, período em que as práticas pedagógicas inclusivas e o apoio especializado assumem papel relevante para a permanência, a aprendizagem e a participação escolar (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras, 2003).

É a partir destes dados que surge a necessidade de entender qual é a formação dos professores de AEE no Brasil por meio de uma revisão sistemática de literatura sob a questão de pesquisa: Como a formação inicial e continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado, em estudos que contemplam escolas públicas com oferta de Ensino Médio, influencia a atuação profissional no contexto da inclusão escolar? A revisão sistemática se mostrou como o método mais adequado para identificar, avaliar e sintetizar as evidências dos estudos, por ser um processo que permite uma visão clara e organizada do que já foi pesquisado e onde há lacunas, fornecendo uma base sólida para propor melhorias nas práticas e políticas educacionais.

A pesquisa sobre a formação de professores, particularmente no contexto do AEE, revela a importância de identificar práticas eficazes e desafios recorrentes que influenciam a qualidade da inclusão escolar, como a formação abrangente de cursos de especialização onde os professores não estão preparados para situações para além da teoria ou casos específicos de cada deficiência, pois já que não há uma formação específica, há situações que o professor não sabe previamente como trabalhar com o estudante. Diante disso, este estudo realiza uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de compreender como a formação continuada tem impactado o trabalho desses profissionais no atendimento e inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

³ O recorte pelo Ensino Médio justifica-se pelo fato deste artigo derivar da dissertação de mestrado da autora, desenvolvida sob orientação da coautora deste trabalho, cuja investigação teve como foco esse nível da Educação Básica. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/items/d703938c-5020-4bdb-9a54-5d4022db1eb3>.

Metodologia

O foco deste estudo é entender quem são os professores das SRM no Brasil, qual é sua formação e como eles veem a formação continuada na área de atuação. A escolha pela revisão sistemática de literatura se tornou necessária frente a um tema pouco investigado, sendo ela "(...) um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada" (Costa e Zoltowski, 2014, p. 56); de acordo com as premissas destes autores, é a forma de fazer uma pesquisa não tendenciosa, que seja honesta e imparcial segundo os resultados encontrados e selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Seguimos os oito passos de Costa e Zoltowski (2014) para realizar a revisão, sendo eles: 1. delimitação da questão a ser pesquisada; 2. escolha das fontes de dados; 3. eleição das palavras-chave para a busca; 4. busca e armazenamento dos resultados; 5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; 6. extração dos dados dos artigos selecionados; 7. avaliação dos artigos; e 8. síntese e interpretação dos dados.

A presente revisão sistemática de literatura foi construída a partir da seguinte questão de pesquisa: Como a formação inicial e continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado, em estudos que contemplam escolas públicas com oferta de Ensino Médio, influencia a atuação profissional no contexto da inclusão escolar?, seguida pela escolha das bases de dados, em que foram selecionadas a *Scielo* e Google Acadêmico. A *string* de busca utilizada foi "formação de professores" OR "formação continuada" AND "atendimento educacional especializado" AND "educação especial". Essa *string* foi elaborada para encontrar estudos que abordassem a formação dos professores no contexto do AEE.

Os critérios de inclusão e exclusão escolhidos para delimitar a seleção dos trabalhos foram: - estudos no contexto de escolas públicas com oferta de Ensino Médio, que abordassem a atuação de professores do AEE (não foram selecionados trabalhos que abordassem exclusivamente o Ensino Fundamental, estudos que não tratassem da atuação profissional no AEE ou pesquisas desenvolvidas em escolas particulares); - estudos empíricos que apresentem dados coletados e analisados, excluindo revisões teóricas ou ensaios; - estudos no idioma português, não sendo aceitos estudos em outros idiomas; - estudos ambientados no Brasil, excluindo estudos realizados em outros países ainda que estejam escritos em português; - estudos com foco na formação para o AEE, excluindo estudos sobre a formação continuada de professores de sala comum. O último critério de inclusão e exclusão se refere ao intervalo temporal das publicações, sendo aceitos trabalhos publicados entre 2020 e 2024, totalizando 5 anos.

A partir dos critérios relacionados, na plataforma *Scielo* foram encontrados três resultados utilizando a *string* "formação de professores" *OR* "formação continuada" *AND* "atendimento educacional especializado" *AND* "educação especial"; após refinamento pelos critérios de inclusão e exclusão, foi selecionado um dos três trabalhos. Na plataforma Google Acadêmico foram encontrados inicialmente 14 mil resultados com a *string* de busca "formação de professores" *OR* "formação continuada" *AND* "atendimento educacional especializado" *AND* "educação especial". Apesar da expressiva quantidade de resultados iniciais, após o refinamento, resultou em seis estudos.

A seguir, apresentamos a tabela com os estudos selecionados nas bases de dados.

Tabela 1: Trabalhos selecionados para a revisão

Questão de Pesquisa: Como a formação inicial e continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado, em estudos que contemplam escolas públicas com oferta de Ensino Médio, influencia a atuação profissional no contexto da inclusão escolar?			
Plataforma	Título	Tipo	Autor(es) e Ano
<i>Scielo</i>	Educação inclusiva e formação de professores no estado da Paraíba	Artigo Científico	Taísa Caldas Dantas, Adenize Queiroz de Farias, Andreza Vidal Bezerra - 2024
Google Acadêmico	Educação inclusiva e formação de professores: o caso de uma escola pública no estado de Goiás	Artigo Científico	Paulo Sérgio José Vieira, Daniela dos Santos Borges Castro, Leda Regina Bitencourt da Silva, Renato de Oliveira Brito - 2022
Google Acadêmico	Formação Docente e Inclusão Escolar: Uma análise a partir das perspectivas dos professores	Artigo Científico	Adriana Lígia Miskalo, Roseneide Maria Batista Cirino, Denise Maria Vaz Romano França - 2023
Google Acadêmico	Formação de Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE): Inclusão Escolar e Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural	Tese de Doutorado	Katia de Abreu Fonseca - 2021
Google Acadêmico	Formação continuada dos professores no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado	Artigo Científico	Júlia Graziela Bernardino de Queiroz, Elaine Maria Bessa Rebelo Guerrero - 2021

Fonte: As autoras (2025)

Análise dos resultados

O primeiro estudo analisado foi "Inclusão escolar e formação de professores no estado da Paraíba: percepções dos egressos de uma formação *lato sensu* em Atendimento Educacional Especializado", que investigou as percepções de professores que participaram de um curso de especialização *lato sensu* em AEE na Paraíba, realizado entre novembro de 2022 e novembro de 2023. A formação ocorreu no modelo presencial, com duração de 360 horas, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos, incluindo temas como Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), acessibilidade e estratégias pedagógicas específicas para diferentes tipos de deficiência. Para a realização do estudo foi utilizada uma abordagem qualitativa, no qual foram coletados dados por meio de um questionário *online* com 13 perguntas aplicadas a 64 professores egressos do curso em questão que atuam no atendimento educacional especializado em escolas públicas. A análise baseou-se na Análise Dialógica do Discurso que organizou os resultados em quatro categorias principais: perfil dos participantes, dificuldades na atuação, contribuições do curso e mudanças nas concepções sobre deficiência. A pesquisa garantiu princípios éticos, como anonimato e consentimento informado.

Os resultados deste trabalho indicam que a formação continuada proporciona segurança e valorização na prática docente e incentiva que os professores busquem práticas pedagógicas inovadoras, colaborativas e inclusivas. Os professores relataram que o curso contribuiu para enfrentar os desafios cotidianos do seu trabalho nas SRM, como a adaptação curricular e o uso de recursos pedagógicos inclusivos, que contribuiu para promover mudanças em suas concepções sobre as deficiências dos estudantes e, conseqüentemente auxiliou no combate ao capacitismo.

O curso também fortaleceu a colaboração entre professores do AEE e da sala comum, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e anticapacitista. A pesquisa reforça a importância da formação continuada na construção de práticas pedagógicas inclusivas, e evidencia como ela pode impactar positivamente a atuação profissional de professores em contextos de AEE.

O estudo "Educação inclusiva e formação de professores: o caso de uma escola pública no estado de Goiás" é um estudo de caso com abordagem qualitativa onde os dados foram coletados por meio de relatórios de observação e entrevistas com professores de sala comum e de SRM, além de análise documental da legislação nacional e internacional sobre inclusão escolar e formação docente. O estudo foi realizado em uma escola estadual que atende estudantes do ensino fundamental e médio. O trabalho revela que a formação inicial e continuada de professores para o AEE não é incentivada pela Secretaria de Educação do

Estado de Goiás. Os professores entrevistados relatam que, para atuação no AEE, realizam esforços pessoais e individuais para enfrentar as dificuldades como infraestrutura inadequada, falta de equipamentos e de formação específica; relatam que buscam formações e leituras acadêmicas de forma autônoma, pois a Secretaria de Educação não fornece formações efetivas para a educação especial, o que leva a investimentos financeiros próprios para a realização de formações, revelando a falta de investimento financeiro na escola. Os professores frequentemente compram materiais didáticos ou fazem as impressões ampliadas para estudantes com deficiência visual com recursos próprios. Pela lacuna de formação na área, criam estratégias pedagógicas sem amparo científico, como também modificam e adaptam atividades e avaliações sem o respaldo de diretrizes formais da Secretaria da Educação ou da gestão escolar. Na tentativa de criar um ambiente escolar inclusivo, os professores organizam semanas temáticas sobre inclusão para conscientizar os estudantes e demais professores. Nessas ações, os professores organizadores também tentam envolver as famílias dos estudantes para que haja relação de proximidade entre a escola e o ambiente familiar dos estudantes.

O estudo destaca a necessidade de políticas públicas que garantam formação docente adequada e acessibilidade estrutural, criando condições reais para as práticas de inclusão escolar. A pesquisa ressalta que, ainda que os professores desempenhem o papel central na efetivação de práticas pedagógicas inclusivas, esses profissionais não devem ser sobrecarregados com as responsabilidades que competem à gestão escolar e à Secretaria de Educação. Cabe ao poder público garantir suporte institucional, infraestrutura apropriada e formações que articulem teoria e prática, para que os professores atuem com mais segurança e eficiência no atendimento aos estudantes com deficiência.

O estudo "Formação docente e inclusão escolar: uma análise a partir das perspectivas dos professores" utiliza uma abordagem qualitativa com pesquisa de campo e revisão bibliográfica. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 professores de uma escola estadual do Paraná; a intenção na escolha dos professores era diversificar os resultados analisados de acordo com diferentes perspectivas sobre formação e inclusão escolar em uma mesma escola. Assim a entrevista foi realizada com os professores dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e os professores da SRM da escola, foram entrevistados apenas os professores que aceitaram o convite para participar da pesquisa. A análise dos dados seguiu a técnica de Análise Temática para organizar em categorias as respostas dos professores, assim, a autora identificou padrões nas respostas, como a formação inicial e lacunas no preparo para a inclusão, em que os entrevistados relatam não terem recebido formação adequada sobre educação especial e inclusão na graduação, e que em alguns casos essa temática só foi abordada

na disciplina teórica de Libras, presente no currículo de cursos de licenciatura. Quanto à formação continuada e sua aplicabilidade na prática onde os professores buscam formações externas, entretanto, encontram um déficit entre teoria e prática, problema que se repete também nas formações propostas pela Secretaria da Educação do Estado, os professores relatam a dificuldade de atuar com os estudantes público-alvo da Educação Especial devido ao desafio de adaptar o currículo para estes estudantes e a falta de suporte da gestão escolar, recursos e capacitação para utilizar estratégias inclusivas, além do momento em que falam da formação inicial e continuada, a autora aponta especificamente o padrão de relatos sobre a falta de alinhamento entre teoria e prática nas formações, e, conseqüentemente, a ausência de aproximação da realidade escolar.

Os resultados da pesquisa indicam que 50% dos professores entrevistados não receberam formação inicial sobre educação especial ou práticas inclusivas, enquanto os demais mencionaram apenas disciplinas teóricas, como o caso da disciplina de Libras. Já na formação continuada, 70% participaram de cursos *lato sensu* em áreas relacionadas à educação especial, mas destacam que esses cursos necessitam de um vínculo real com a prática vivenciada nas escolas para que sejam efetivos. Os professores relatam suas dificuldades no atendimento dos estudantes com deficiência decorrentes da falta de formações práticas e contínuas, além da falta de diálogo entre teoria e prática em tais formações, em que há falta de atividades supervisionadas, oficinas práticas de aplicabilidade das metodologias estudadas nestas formações, além de um espaço para troca de experiências entre os professores, em que possam compartilhar e ouvir dos colegas práticas que foram efetivas com os estudantes.

O estudo finaliza considerando que tanto a formação inicial quanto a continuada ainda são insuficientes para atender às demandas de uma escola inclusiva. Os professores enfrentam desafios para adaptar o currículo, planejar estratégias inclusivas e garantir um ensino acessível aos estudantes com deficiência, especialmente devido à falta de suporte institucional e metodologias práticas. É necessário investir em formações eficientes, que atendam aos professores. Isso pode ocorrer através de melhorias nas formações já existentes e ofertadas aos professores, para que estas enfim se conectem à realidade escolar e tragam estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão de estudantes com ou sem deficiência.

O estudo "Formação de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE): inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural" faz uso de uma abordagem qualitativa e está estruturado em quatro etapas principais: investigação bibliográfica, análise documental, entrevistas coletivas dialogadas com seis professoras atuantes no AEE é uma atividade formativa utilizando a Teoria Histórico-Cultural (THC).

A pesquisa foi realizada no município de Bauru (SP) e analisou cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de Educação entre 2016 e 2018. A análise dos dados foi feita por meio da triangulação entre documentos oficiais, falas das professoras e registros das atividades formativas.

A autora traz a educação especial e o atendimento educacional especializado pela perspectiva histórico-cultural, trazendo Vygotsky (1896-1934) como principal teórico desta teoria e justifica sua escolha por concordar que o desenvolvimento humano nessa visão epistemológica

[...] por não considerar os fatores biológicos como determinantes do desenvolvimento, mas, considerar a unidade dialética entre funções elementares e superiores, funções estas, que marcam o humano, numa intrínseca relação entre o individual e o social (Fonseca, 2021, p. 22).

A autora trabalha a importância do uso da Teoria Histórico-Cultural pois ela se baseia no desenvolvimento humano através das vivências e oportunidades, e que a educação deve seguir este princípio para ensinar todos os estudantes, e a autora concentra sua pesquisa naqueles com deficiência intelectual, pois os professores devem ter consciência de quem são os estudantes aos quais estão ensinando diariamente e criando materiais pedagógicos que estejam alinhados com as capacidades e condições destes.

Os resultados trazem a análise de que a formação continuada oferecida aos professores do AEE é fragmentada, pouco estruturada e não apresenta um percurso formativo sequencial de conhecimentos a serem construídos para que estes professores estejam preparados para os diferentes casos que são atendidos pelo AEE. As professoras entrevistadas relataram suas dificuldades na compreensão da identidade profissional e do próprio papel dentro do AEE, mencionando a falta de clareza sobre suas atribuições em sala e estratégias pedagógicas para o aprendizado e inclusão dos estudantes. Além disso, a pesquisa identifica que, apesar de conhecerem os fundamentos teóricos da Teoria Histórico-Cultural, as docentes têm dificuldades em aplicá-los na prática cotidiana com alunos com deficiência intelectual, pois não tiveram exemplos práticos de aplicação pedagógica dessa teoria, e acabaram realizando adaptações pedagógicas independentes, sem respaldo científico.

A atividade formativa que foi proposta no estudo se mostrou um caminho promissor para fortalecer a prática pedagógica e apropriação de conhecimento para as professoras de AEE ao proporcionar por meio das atividades, momentos de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas utilizadas até o momento e se estas estavam desafiando os estudantes a se desenvolver e progredir no aprendizado de forma plena. As professoras relataram que a formação contribuiu para o aprimoramento das estratégias pedagógicas, principalmente

partindo do pouco conhecimento teórico de práticas educacionais para os estudantes com deficiência intelectual, déficit gerado exatamente pela falta de formação continuada. No entanto, a pesquisa conclui que ainda há uma necessidade urgente de políticas públicas que garantam uma formação continuada mais consistente e alinhada às demandas reais dos professores do AEE, uma vez que as professoras conheciam diversas teorias apenas em seus conceitos científicos, sem terem a perspectiva de aplicá-los em suas práticas pedagógicas.

O último estudo analisado é "Formação continuada dos professores no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado", que investiga a formação dos professores que atuam no AEE na rede municipal de Manaus. O objetivo do foi compreender como esses profissionais foram preparados para atuar nas SRM e como se identificam profissionalmente a partir dos desafios e êxitos vivenciados na prática docente no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, com a coleta de dados realizada por meio de um questionário semiestruturado aplicado a 11 professores que atuam no AEE. Os dados foram analisados por meio de um *software*, combinando análise quantitativa e qualitativa.

Os resultados indicaram que a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) tem investido na formação continuada dos professores, mas ainda enfrenta desafios, pois os os professores relatam que os cursos oferecidos pela rede são insuficientes para o aprofundamento de conhecimentos específicos e aplicação de metodologias eficazes no ensino de estudantes com deficiência pela falta de ações práticas em tais formações, que focam apenas nas teorias sem mostrar exemplos práticos relacionados à realidade das escolas. Os professores analisam a formação continuada como essencial para o trabalho na SRM, e por isso buscam capacitação de forma individual, por entenderem que sua atuação está relacionada a vivência contínua e que precisam de formações atualizadas para pôr a teoria em prática e aplacar suas inseguranças profissionais, o que traz como consequência um maior desempenho para a educação especial e inclusiva.

O estudo conclui que, embora a formação continuada contribua para a qualificação dos professores do AEE e seja do interesse destes professores, ainda há lacunas entre teoria e prática que afetam diretamente a qualidade dessas formações e consequentemente sua aplicabilidade e resultados na educação. Partindo do ponto de que já há prática e interesse dos professores nas formações continuadas, as autoras trazem como opção para melhoria das formações a vinculação às redes de ensino superior, redes de saúde e serviço social, para que o conhecimento seja relacionado com a prática e assim possa ser efetivo no ensino dos estudantes com deficiência.

Esses trabalhos têm em comum a importância da formação continuada para que os professores de AEE possam atender aos estudantes com qualidade, estando informados e equipados com as metodologias e tecnologias assistivas disponíveis nas SRM. A educação não avança se os professores tiverem conhecimento teórico se não forem capazes de aplicá-lo em seus cotidianos e superar suas inseguranças através da propriedade intelectual.

A partir dessas análises, entendemos que o fato da formação continuada estar prevista na legislação educacional brasileira e a existência de ações na tentativa de atender essa demanda não comprovam a eficácia destas políticas públicas, já que não há resultados positivos na maioria dos casos analisados, ainda que os professores entendam a importância e desejem a formação continuada para atender aos estudantes, a formação disponibilizada não os alcança por alguns motivos, como falta de relação com a realidade diária e falta de exemplos práticos, focando mais na teoria das metodologias e conceitos.

Conclusões

Todos os estudos apresentados na presente revisão de literatura destacam a importância da formação continuada para atender às necessidades dos estudantes público-alvo do AEE, tanto pelos professores das SRM quanto pelos professores de sala comum. A ação de promover formações está prevista nas leis que tratam da Educação Especial, mas as políticas públicas elaboradas não atendem às demandas das realidades dos professores e das escolas. Mostra-se necessário que, ao se pensar nas formações destes profissionais, estes sejam analisados e questionados quanto às suas carências de estudos, quais são suas dificuldades profissionais e demandas teóricas e práticas, para que as formações sejam um investimento de tempo e dinheiro válido que tragam benefícios para a sociedade, focando na qualidade do ensino ofertado aos estudantes. A formação, considerada insuficiente, impacta diretamente o atendimento aos estudantes com deficiência, dificultando o pleno desenvolvimento das práticas inclusivas.

A formação continuada, que está prevista nas leis que tratam sobre a Educação Especial, é essencial para o AEE, e não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma condição para o fortalecimento da educação. É indispensável que os professores tenham acesso a conhecimentos aplicáveis ao cotidiano escolar e capazes de subsidiar/desenvolver novas estratégias de ensino, fortalecer sua identidade profissional e qualificar sua atuação na inclusão escolar. As formações ofertadas pelas redes públicas precisam ter embasamento teórico, do mesmo modo que é necessário que haja exemplos reais da aplicabilidade destas teorias no dia a dia dos estudantes. Essas ações precisam de

uma análise de impacto real e, para isso, é necessário que essas ações sejam avaliadas por meio da escuta dos professores antes e depois dos processos formativos. Dessa forma, torna-se possível identificar demandas, aperfeiçoar os cursos oferecidos e aproximar as políticas de formação do objetivo central da Educação Especial: garantir a aprendizagem e a participação dos estudantes com deficiência.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

DANTAS, T. C.; FARIAS, A. Q.; BEZERRA, A. V. Inclusão escolar e formação de professores no estado da Paraíba: percepções dos egressos de uma formação lato sensu em Atendimento Educacional Especializado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Corumbá, v. 30, e0094, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/L5T8KkFNFx975dyh6XhVtnWb/>. Acesso em: 18 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0094>.

FONSECA, K. A. *Formação de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE): inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c9ec88ce-8acd-4031-b776-7f2b91a5cb96>. Acesso em: 18 jun. 2026.

KASSAR, M. C. M. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/V9C4DP9Fq9bWBcXszfWsWJC/>. Acesso em: 18 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>.

MISKALO, A. L.; CIRINO, R. M. B.; FRANÇA, D. M. V. R. Formação docente e inclusão escolar: uma análise a partir das perspectivas dos professores. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 516-536, maio 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1385>. Acesso em: 18 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7963543>.

QUEIROZ, J. G. B.; GUERRERO, E. M. B. R. Formação continuada dos professores no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado. *Revista Educação Especial em Debate*, Vitória, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/30784>. Acesso em: 18 jun. 2026.

Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. de M.. (2003). *A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. Estudos De Psicologia (natal)*, 8(1), 107–115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/X5DFFZCZsb4pmlLchTsQVpb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012>.

VIEIRA, P. S. J. et al. Educação inclusiva e formação de professores: o caso de uma escola pública no estado de Goiás. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 77-90, 2022. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/339>. Acesso em: 18 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v5i10.339>.